



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL

**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2020**

**DATA DA PROVA: 22/03/2020**

## **CARGO: ADVOGADO (NÍVEL SUPERIOR)**

**Língua Portuguesa: 01 a 05; Matemática: 06 a 10;**

**Conhecimentos Gerais: 11 a 15; Conhecimentos Específicos: 16 a 30.**

### **LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

<b>1</b>	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
<b>2</b>	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
<b>3</b>	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
<b>4</b>	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
<b>5</b>	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
<b>6</b>	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
<b>7</b>	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
<b>8</b>	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
<b>9</b>	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
<b>10</b>	Assine o cartão-resposta no local indicado.
<b>11</b>	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
<b>12</b>	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
<b>13</b>	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
<b>14</b>	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
<b>15</b>	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

### **Identificação do candidato**

<b>Nome (em letra de forma)</b>	<b>Nº do Documento</b>

## QUESTÕES DE 1 A 05 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o trecho a seguir, extraído de um dos discursos do célebre orador brasileiro Rui Barbosa, para responder às próximas questões.

*“Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanação dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades; creio que, neste regime, não há poderes soberanos, e soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a própria soberania popular necessita de limites, e que esses limites vêm a ser as suas Constituições, por ela mesmas criadas, nas suas horas de inspiração jurídica, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada; creio que a República decai, porque se deixou estragar confiando-se ao regime da força; creio que a Federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça; porque da justiça nasce a confiança, da confiança a tranqüilidade, da tranqüilidade o trabalho, do trabalho a produção, da produção o crédito, do crédito a opulência, da opulência a respeitabilidade, a duração, o vigor; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo do povo pelo povo tem a base da sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza pública; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque creio no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades”.*

(Trecho com adaptações).

01. Em relação à interpretação do texto, marque a alternativa que NÃO apresenta uma das convicções políticas expressas pelo seu autor.

- a) O direito deve estar acima de todos os poderes.
- b) A vontade popular não deve ser limitada jamais.
- c) A justiça está na origem de diversos bens salutaros.
- d) A força das nações tem relação com o grau de sua liberdade.

02. Logo no início do trecho selecionado, o autor emprega a expressão “liberdade onipotente”. Em relação ao prefixo “oni-”, constitutivo da palavra *onipotente*, pode-se afirmar que denota um sentido de:

- a) negação.
- b) precariedade.
- c) restrição.
- d) totalidade.

03. Nas primeiras orações do texto, afirma o autor:

*“creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, emanação dela, o seu órgão capital”.*

Em relação ao termo “dela”, pode-se afirmar que recupera no texto a expressão:

- a) Lei.
- b) Órgão capital.
- c) Nações robustas.
- d) Liberdade onipotente.

04. Em seu discurso, Rui Barbosa argumenta que “a Federação perecerá, se continuar a não saber acatar e elevar a justiça”. Em relação à conjunção “se”, nesse contexto, pode-se afirmar que introduz um sentido:

- a) condicional.
- b) transitório.
- c) comparativo.
- d) proporcional.

05. Ao longo de seu discurso, Rui Barbosa deixa transparecer a sua concepção democrática, entendida como “governo do povo pelo povo”. Contudo, para o autor, a legitimidade da democracia deve estar assentada na:

- a) tribuna sem fúrias.
- b) imprensa sem restrições.
- c) na moderação e na tolerância.
- d) cultura da inteligência nacional.

## QUESTÕES DE 06 A 10 - MATEMÁTICA

06. Considerando a natureza e as possíveis manipulações matemáticas válidas para números Irracionais, assinale a alternativa que contém uma simplificação correta da expressão  $\frac{3}{\sqrt{2}-1}$ :

- a)  $3(\sqrt{2} - 1)$
- b)  $\sqrt{6} + 1$
- c) 6, 5
- d)  $3\sqrt{2} + 3$

07. Sobre a função  $f(x) = x^3 - 2x + 5$ , para  $x \in \mathbb{R}$ , assinale a alternativa correta:

- a) É uma função sobrejetora.
- b) É uma função injetora.
- c) É uma função bijetora.
- d)  $f(5) = 10$

08. Muitas pessoas têm dito que guardar dinheiro na poupança é “perder dinheiro”. A justificativa é de que os juros praticados na poupança costumam ser menores que a inflação, fazendo com que o poder de compra de um montante, ao final de um período, seja menor do que o poder de compra que inicialmente tinha o capital, quando foi aplicado. Considere uma aplicação de R\$1000,00 em uma poupança que rende 0,26% ao mês (no regime de juros compostos) e que a inflação no ano de 2019 foi de 4,31%. Qual o montante acumulado ao final de um ano a essa taxa e quanto faltaria para esta aplicação ter o mesmo poder de compra depois desses doze meses?

(considere  $1,0026^{12} = 1,0317$ )

- a) R\$1043,10 e R\$11,40, respectivamente.
- b) R\$1002,60 e R\$40,50, respectivamente.
- c) R\$1031,70 e R\$11,40, respectivamente.
- d) R\$1043,10 e R\$31,70, respectivamente.

09. Três sócios de uma empresa decidem que os lucros serão divididos proporcionalmente à porcentagem da empresa pertencente a cada um. Considerando que o menor acionista possui, 20% da empresa, o acionista intermediário possui 35% e, o maior acionista, 45%, qual o lucro deste maior acionista, se o acionista intermediário obteve lucro de R\$ 5000,00?

- a) R\$ 3888,88.
- b) R\$ 6428,57.
- c) R\$ 8750,00.
- d) R\$ 11250,00.

10. Assinale a alternativa que contém uma raiz possível do sistema a seguir:

$$\begin{cases} x^2 + 2x = 14 \\ x - y = -7 \end{cases}$$

- a)  $y = -7$ .
- b)  $x = -1 + \sqrt{27}$ .
- c)  $y = -2$ .
- d)  $x = 0$ .

### QUESTÕES DE 11 A 15 - CONHECIMENTOS GERAIS

11. Desde que assumiu a Presidência da República, Jair Bolsonaro determinou algumas alterações em seu quadro ministerial. A esse respeito, identifique a opção que contém uma afirmação INCORRETA.

- a) Onyx Lorenzoni foi indicado para substituir Osmar Terra no Ministério da Cidadania.
- b) No Ministério da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez foi substituído por Abraham Weintraub.
- c) No Ministério do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho foi escolhido para substituir Gustavo Canuto.

d) Regina Duarte foi indicada para substituir Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

12. Em março do ano passado, o Presidente da República assinou decreto determinando que cidadãos de alguns países não precisarão mais de visto para viajarem ao Brasil na condição de turistas. Marque a alternativa que NÃO indica um desses países.

- a) Austrália.
- b) Canadá.
- c) Japão.
- d) China.

13. No início deste ano, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood publicou os indicados para a última edição do Oscar. Dentre os cotados para a categoria “Melhor Documentário”, houve um título brasileiro. Este, contudo, não foi premiado, pois saiu vitorioso o longa-metragem:

- a) Parasitas.
- b) Honeyland.
- c) Indústria Americana.
- d) Democracia em Vertigem.

14. Analise as opções a seguir e identifique a que NÃO indica um dos princípios em que se baseia o conceito clássico de “desenvolvimento sustentável”.

- a) Crescimento econômico e equidade no longo prazo.
- b) Desenvolvimento social, suprimindo as necessidades das populações.
- c) Qualidade ambiental e recursos necessários às gerações futuras.
- d) Substituição das economias de mercado por uma atmosfera pré-industrial.

15. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, alguns aspectos deverão ser levados em conta na interpretação dessa lei. Marque a alternativa que NÃO indica um desses aspectos.

- a) As exigências do bem comum.
- b) Os fins sociais a que a lei se dirige.
- c) Os direitos e deveres individuais e coletivos.
- d) A situação familiar e a etnia da criança e do adolescente.

**QUESTÕES DE 16 A 30 -  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

16. O art. 37, inciso X, da Constituição da República prevê que a remuneração dos servidores públicos só poderá ser fixada por lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. A respeito do tema, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão geral anual corrói, por força da inflação, o poder de compra dos servidores, caracterizando evidente ofensa ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- b) A iniciativa para propor a revisão geral anual é de qualquer membro do poder legislativo.
- c) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos gera direito subjetivo à indenização.
- d) O Poder Executivo pode deixar de encaminhar projeto de lei de revisão anual, mas deverá se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.

---

17. O §2º do art. 5º da Constituição da República prevê que os direitos e garantias expressos no texto constitucional não são taxativos, admitindo-se que haja previsão de outros em tratados internacionais. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ao lado do controle de constitucionalidade das leis, há o controle de convencionalidade, que deve ser realizado com exclusividade pelas cortes internacionais, a exemplo da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- b) Os tratados internacionais sobre direitos humanos não aprovados sob rito especial, o qual pode lhes equiparar às emendas constitucionais, possuem hierarquia semelhante às leis complementares.
- c) O Pacto de São José da Costa Rica proíbe a prisão por dívidas, exceto a decorrente de alimentos, e possui estatura jurídica supralegal, a ensejar a paralisação da eficácia da legislação infraconstitucional que permite a prisão do depositário infiel, apesar de a Constituição da República de 1988 admiti-la expressamente.
- d) Os tratados internacionais de direitos humanos internalizados no ordenamento jurídico brasileiro veiculam direitos compatíveis e afirmadores dos fundamentos axiológicos da Carta de 1988, de modo que se inserem, sob o ponto de vista formal, no bloco de constitucionalidade, podendo, portanto, ser parâmetro para a realização do controle de constitucionalidade.

---

18. Acerca da disciplina constitucional dos municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- c) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- d) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

---

19. Sobre a posse, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A exceptio proprietatis, como defesa oponível às ações possessórias típicas, foi abolida pelo Código Civil de 2002, que estabeleceu a absoluta separação entre os juízos possessório e petitório.
- b) É incorreto afirmar que o possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
- c) A posse do imóvel gera a presunção juris et de jure da posse das coisas móveis que nele estiverem.
- d) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício ou obstáculo que impede a aquisição da coisa.

---

20. A respeito do tema prescrição, assinale a alternativa CORRETA, conforme o Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) A prescrição ocorre em dez anos em se tratando de pretensão de reparação de danos decorrente de inadimplemento contratual.
- b) A prescrição ocorre em três anos para as hipóteses de reparação civil, não tendo relevância perquirir se a origem do ilícito é contratual ou extracontratual.
- c) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, ainda que não tenha sido instaurado inquérito policial ou proposta ação penal.
- d) O pedido de concessão de prazo para analisar documentos com o fim de verificar a existência de débito tem o condão de interromper a prescrição.

---

21. A respeito do mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Cabe mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando órgão de partido político for o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Conforme a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal, não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso, desde que dotado de efeito suspensivo.

c) Nas decisões proferidas em mandado de segurança e nos respectivos recursos, quando não publicado, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do julgamento, o acórdão será substituído pelas respectivas notas taquigráficas, independentemente de revisão.

d) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

---

22. Sobre a ação rescisória, conforme o Código de Processo Civil e a jurisprudência dos tribunais superiores, é CORRETO afirmar que:

a) Inadmite-se ação rescisória contra decisão transitada em julgado que não seja de mérito, não sendo apta a afastar essa proibição a alegação de que referida decisão impede nova propositura da demanda.

b) Cabe ação rescisória na hipótese de a parte prejudicada obter prova nova, ainda que exclusivamente testemunhal, cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

c) A decisão do juiz que homologa o acordo entre as partes pode ser impugnada por meio de ação rescisória.

d) Na ação rescisória não se aplicam as hipóteses de improcedência liminar do pedido, em que o juiz julga o pedido, independentemente da citação do réu.

---

23. No que diz respeito às regras que tratam da competência, assinale a alternativa CORRETA, conforme o Código de Processo Civil em vigor.

a) As partes podem modificar a competência em razão do valor, do território ou da pessoa, elegendo o foro onde será proposta a ação oriunda de direitos e obrigações.

b) A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

c) A execução fiscal será proposta obrigatoriamente no foro de domicílio do réu.

d) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional, em ações de divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável.

24. A respeito da isenção, conforme o Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

a) A isenção é causa de exclusão do crédito tributário e se estende às taxas e às contribuições de melhoria vinculadas ao mesmo fato gerador, salvo disposição legal em sentido contrário.

b) A isenção extingue o crédito tributário, mas não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.

c) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

d) A isenção, quando concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

---

25. Assinale a alternativa CORRETA, com base na lei que rege as execuções fiscais (Lei 6.830/80).

a) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução

b) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os que a lei declara absolutamente impenhoráveis e os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula.

c) A penhora observará à seguinte ordem: I - dinheiro; II - título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - veículos; VI - navios e aeronaves; VII - móveis ou semoventes; e VIII - direitos e ações.

d) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

---

26. A respeito do poder de polícia, assinale a alternativa CORRETA.

a) As leis, ainda que criem limitações administrativas, não se constituem como meios de exercício do poder de polícia.

b) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que consiste na possibilidade de a Administração Pública, com seus próprios recursos, executar suas decisões, sem necessidade de se socorrer de prévia autorização judicial.

c) A discricionariedade é um dos atributos do poder de polícia, que se faz presente, por exemplo, na concessão de alvarás de construção e licenças para dirigir veículos.

d) A doutrina clássica e o Supremo Tribunal Federal comungam o entendimento de que os atos relativos ao consentimento e à fiscalização do poder de polícia são delegáveis.

27. As Parcerias Público Privadas (PPP) são ajustes, de natureza contratual, entabulados entre a Administração Pública e a iniciativa privada, que podem ser utilizados para a concessão de serviços públicos ou de obras públicas. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A constituição de sociedade de propósito específico incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria é uma faculdade.

b) A lei federal que disciplina as PPP, ainda que prescreva normas gerais aplicáveis a todos os entes federativos, contém alguns artigos que se aplicam somente à União.

c) A contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado é nota distintiva e obrigatoriamente presente nas PPP sob a modalidade patrocinada.

d) As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

28. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Supremo Tribunal Federal abraça a teoria da dupla garantia, que garante ao lesado o direito de demandar em face do servidor público responsável pelo dano ou contra o ente público.

b) A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares independe da existência de culpa e se fundamenta na teoria do risco administrativo.

c) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o Estado responde, de forma direta, primária e objetiva pelos danos causados a terceiros pelos notários e registradores, no exercício do serviço delegado.

d) O Estado responde objetivamente por morte de detento ocorrida dentro de penitenciária, ainda que em razão de causa natural.

29. Assinale a alternativa que indica direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais.

a) Jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

b) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.

c) Remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal.

d) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

30. No que diz respeito ao aviso prévio, é CORRETO afirmar que:

a) A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.

b) Consiste em uma declaração unilateral de vontade não receptícia.

c) Não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, uma vez que se trata de contrato por prazo determinado, sendo nula eventual cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado.

d) O aviso prévio é indevido na hipótese de despedida (justa causa do empregador).

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30